
Vi, claramente vista, a vida: os clássicos na obra de Camões¹

“I Saw, Clearly Seen, Life”. The Classics in Camoens’ work

Maria do Céu Fraga

*Universidade dos Açores – Centro de Estudos Humanísticos /
Centro de Literatura Portuguesa da Universidade de Coimbra*

DOI

<https://doi.org/10.37508/rcl.2025.nEsp.a1368>

RESUMO

Como qualquer homem cultivado da sua época, Luís de Camões conhece e admira os Antigos e neles reencontra temas e perspectivas que pedem constante leitura. No entanto, a consciência de viver novos tempos leva-o a não subordinar a sua admiração à reinstauração de ideais já vividos: as respostas que neles encontra não o satisfazem completamente, tanto no campo da ciência e da interpretação do mundo físico, como no da concepção do homem e da sociedade. À semelhança dos “rudos marinheiros” ou do “experto capitão” que n’*Os Lusíadas* observam realidades estranhas que não compreendem, mas que todavia sabem existir, também Camões

¹ Texto da palestra apresentada no ciclo de mesas-redondas “Quinhentos Camões, o poeta reverberado”. Comemoração do quinto centenário de nascimento de Luís de Camões no Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, organizado por Gilda Santos. Missão financiada por fundos nacionais através da FCT, no âmbito do projeto UIDP/00759/2020.

afirma a verdade dos casos desencontrados da sua vida, em tudo diferente dos ensinamentos dos “antigos filósofos”.

Nesta exposição, valoriza-se a integração da obra camoniana num momento crítico de articulação entre a consciência do valor do indivíduo e a dignificação da Poesia. A sistematização filosófica não oferece a Camões a unificação da experiência pessoal de forma a justificar o infortúnio pessoal: é a Poesia que lhe abre portas ao conhecimento da natureza humana, e impõe aos homens “de juízo mais inteiro” a coerência de atitudes complexas e até contraditórias.

PALAVRAS-CHAVE: Poesia e conhecimento; Antigos e modernos; Camões; Experiência; Poesia e filosofia.

ABSTRACT

As any educated man of his time, Camoens knows and admires the Ancients, encountering in them themes and perspectives that require assiduous reading. Nevertheless, fully aware of living in a new period, he does not allow this admiration to lead to the mere recuperation of ideals of previous times. The responses that he finds in the classics do not fulfill him entirely, either in the field of science and the interpretation of the physical world, or in what pertains to the conception of both man and society. Like the “rude sailors” or the “experienced captain” who, in *Os Lusíadas*, observe foreign realities they do not understand, yet know to exist, so Camoens stresses the truth of life’s conflicting events, which are entirely at odds with the teachings of the “ancient philosophers”.

This text stresses the integration of Camoen’s works in the critical moment of articulation of the intrinsic value of the individual and the dignification of Poetry. As far as Camoes is concerned, philosophical systematization does not assure the unification of experience that allows for the justification of personal mishap: for him it is Poetry that opens the doors to the understanding of human nature, imposing upon those men in possession of a “fuller faculty of judgement” the coherence of complex and even contradictory attitudes.

KEYWORDS: Poetry and knowledge; Ancients and moderns; Camoens; Experience; Poetry and Philosophy.

O título não esconde a sua proveniência camoniana. “Vi claramente visto” é um hemistíquio que tomámos de um trecho do Canto V de *Os Lusíadas*, com a intenção de o fazer inflectir numa direcção um pouco diferente, mesmo se complementar, da original. Isto, porque, se Camões é o poeta que observa atentamente o mundo exterior e os fenómenos naturais com que o homem se depara, é também o poeta que em cuidada introspecção se analisa, e *vê claramente* a vida. A sua, real ou imaginada, e a do mundo em geral.

Quando chegarmos ao fim da exposição, se tudo tiver corrido bem, teremos, apoiando-nos sobretudo na poesia lírica camoniana², reunido algumas ideias sobre:

- Conhecimento e experiência (na cultura portuguesa do século XVI);
- O prestígio literário do mundo clássico entre os poetas portugueses de Quinhentos;
- Camões e os Antigos;
- A experiência do homem moderno;
- Vi, claramente vista, a vida.

A caminho da Índia, dobrado já o Cabo da Boa Esperança, Vasco da Gama satisfaz a curiosidade do rei de Melinde e expõe a história da sua própria terra, da sua muito amada pátria, a fim de identificar os portugueses. E, na altura certa, respeitando (mas interpretando) um esquema cronológico, conta a viagem que empreendeu, e relembra a dado momento as “perigosas cousas do mar” por que passou a armada, “cousas do mar que os homens não entendem” (*Lus.*, V, 16, 2).

² Para o texto das *Rimas*, socorremo-nos da edição de Costa Pimpão (Camões, 1994), para o de *Os Lusíadas* da edição de Emanuel Paulo Ramos que indicamos na secção final.

Como se lembrarão talvez, com emoção, o comandante (e Camões através dele) passa então a sublinhar a importância da experiência para o conhecimento do mundo: ele viu verdadeiramente fenómenos que só poderiam ser conhecidos pela vivência directa, “casos” assustadores que ninguém poderia imaginar – e as suas palavras deixam perceber que ele próprio não acreditaria na sua narrativa se a não tivesse vivido.

São versos em que ao saber livresco e ao saber cientificamente construído se vai opor um saber de experiência feito. Os sábios, diz Vasco da Gama, nos seus juízos “mais inteiros”, não encontraram ainda a explicação para os fenómenos observados, pelo que julgam até falsos ou ditados por credices tolas os relatos dos marinheiros ignorantes, rudes. Mas Vasco da Gama é pessoa “de qualidade”, como então se dizia, e, por conseguinte, é uma voz autorizada³; no entanto, está com os marinheiros e, se as cousas do mar não se podem explicar, é-lhe também impossível negar a experiência sensorial:

Os casos vi que os rudos marinheiros,
 Que têm por mestra a longa experiência,
 Contam por certos sempre e verdadeiros,
 Julgando as cousas só pela aparência,
 E os que têm juízos mais inteiros,
 Que só por engenho e por ciência,
 Vêm do mundo os segredos escondidos,
 Julgam por falsos, ou mal entendidos.
 (*Lus.*, V, 17, 1-8).

³ No Prólogo da sua *História do descobrimento e conquista da Índia*, dirigido a D. João III, Fernão Lopes de Castanheda (1979), por exemplo, afirma ter filtrado os testemunhos e documentos a que recorreu, julgando da sua veracidade de acordo com o conhecimento directo que tem das terras, e também preterindo o testemunho de “pessoas quaisquer”, e acolhendo o de Capitães e Fidalgos, autorizados por “serem presentes nos conselhos das cousas e na execução delas”.

É nessa altura que passa a contar, com pormenor e reiterando o carácter vivido da observação⁴, dois episódios ocorridos na viagem: o fogo de Santelmo – “vi, claramente visto, o lume vivo / Que a marítima gente tem por santo” (*Lus.*, V, 18, 1-2) – e uma tromba de água

Não menos foi a todos excessivo
Milagre, e coisa certo de alto espanto,
Ver as nuvens do mar com largo cano
Sorver as altas águas do Oceano
(*Lus.*, V, 18, 5-8).

Eu o vi certamente (e não presumo
Que a vista me enganava) [...]
(*Lus.*, V, 19, 1-2).

Estas estâncias são retomadas com frequência para ilustrar o carácter do saber renascentista em Portugal, guiado pelas dúvidas que eram colocadas por uma experiência que muitas vezes desafiava a ciência consagrada dos Antigos e transmitida pelos livros. De facto, muitos historiadores têm acentuado um carácter original do renascimento português e mostrado a sua originalidade em relação à Europa latina. Com efeito, na maior parte dos países europeus que gravitam em torno da influência italiana, a análise aturada, pormenorizada, dos textos clássicos levou os humanistas a verificar que a autoridade dos clássicos não era inteiramente indiscutível, ou seja, é o humanismo no seu típico cultivo das letras que propicia o interesse científico e a dúvida que caracterizam o espírito do renascimento. Já em Portugal, a empresa dos Descobrimentos e expansão requer

⁴ O efeito retórico mantém-se, mesmo se há razão para julgar que Camões recorreu a descrições já então publicadas – ver o ensaio de Vasco Graça Moura (1987), “Vi claramente visto ou Camões e D. João de Castro”.

informações que possam orientar acções de natureza prática; e é essa exigência que leva a uma fase em que impera uma ciência fundada na experiência, num saber que desafia a autoridade dos Antigos ao mostrar as suas limitações, ao mostrar que “se sabe mais hoje em um dia pelos portugueses do que se sabia em cem anos pelos romanos”, segundo concluía Garcia de Orta (2011, p. 210)⁵, ou que o mundo geográfico de Ptolomeu não correspondia ao mundo conhecido, mais extenso.

Nesta passagem d’*Os Lusíadas*, o poeta, pela boca de Vasco da Gama, é levado a concluir que nem os rudes marinheiros nem os antigos filósofos são detentores da verdade,

Se os antigos filósofos, que andaram
Tantas terras, por ver segredos delas,
As maravilhas que eu passei, passaram,
A tão diversos ventos dando as velas,
Que grandes escrituras que deixaram!
Que influência de signos e de estrelas!
Que estranhezas, que grandes qualidades!
E tudo sem mentir, puras verdades.
(*Lus.*, V, 23, 1-8).

Camões mostra-se aqui imbuído do mesmo espírito que levara Garcia de Orta, formado em Salamanca, a aceitar a revolução hipocrática quinhentista ou a criar o seu jardim experimental de plantas terapêuticas. Como conta com convicção e vivacidade nesse livro extraordinário que são os *Colóquios dos Simples e Drogas da Índia*, como médico aceitava as receitas da medicina árabe e romana quando as considerava eficazes, mas não hesitava em as rejeitar quando

⁵ A ortografia da citação foi modernizada.

a experiência lhe mostrava a sua ineficácia; e, ao mesmo tempo, ia acrescentando aos clássicos as receitas indianas que se revelavam mais adequadas e eficientes.

Camões abre-se, portanto, à exploração do mundo animado por espírito idêntico. Assim, por um lado, detém o saber humanístico próprio do poeta que nasceu e se formou em tempos que corriam “sob o signo do latim”, isto é, possui um imenso respeito pela cultura da Antiguidade Clássica e familiaridade com os autores e os textos consagrados. Neles encontra sentidos que lhe permitem compreender o seu próprio tempo: figuras, factos históricos ou mitológicos tomados em si mesmo, como episódios que justificam situações humanas e se tornam fonte de comparação ou de uma linguagem assumida com naturalidade – tudo dá ao discurso camoniano expressividade e um poder de alusão insuspeitado⁶. Ao mesmo tempo, conhece as exigências dos géneros literários que os renascentistas readaptaram da Antiguidade, como sejam a nobreza da epopeia ou o artifício da égloga, a limpidez da ode ou o tom lamentoso da elegia.

Mas, por outro lado, Camões é um autor do século XVI, de um mundo moderno que conheceu já o Renascimento. Às vezes, olhando à sua volta, vê um mundo que não reencontra diretamente nos livros, porque se lhe levantam interrogações que, mesmo quando correspondem na essência às abordadas pelos Antigos, são motivadas por ideias e circunstâncias novas, diferentes daquelas que os clássicos confrontavam, interrogações que são fruto, em última instância, de diferentes concepções do homem e de uma sensibilidade individual que não encontra explicação suficiente nos clássicos da Antiguidade. Com essa consciência, Camões não hesita em afirmar

⁶ Cristina Pimentel (2024) percorre a obra de Camões, sistematizando a utilidade que pode ter o conhecimento da cultura clássica na sua interpretação e fruição.

explicitamente que o seu canto supera o canto consagrado dos seus modelos, antigos e modernos. Assim, por exemplo, na écloga VI, “A rústica contenda desusada”, mostra bem a consciência de ter vencido o desafio lançado pela emulação nos termos em que apresenta o seu estilo “novo”, inventado a partir da conjugação da écloga pastoril e da piscatória, de Virgílio e de Sannazaro, portanto⁷.

Ora, embora saibamos que os escritores renascentistas constituíam também fonte de inspiração e imitação para os poetas do século XVI, e que a renovação da “musa antiga” implicava também o conhecimento dos modernos, é comum encontrarmos expressa a aceitação incondicional do valor da antiguidade clássica e da autoridade dos seus autores. Com muita frequência, dir-se-ia que os poetas tentam subtrair o decurso da História à mudança, proclamando a intemporalidade da perspectiva dos Antigos em poemas encomiásticos e de circunstância do século XVI, referindo-se a Virgílio, Homero ou Horácio, ora através de alusões, ora em comparação explícita, para hiperbolizar a valia e o talento de algum outro poeta. Sirva de exemplo claro um epigrama em que Pedro de Andrade Caminha (1998) diz tomar António Ferreira por guia e mestre, movido por uma admiração sem limites (Epigrama CLXIII). António Ferreira, que amiúde insiste na necessidade de conjugar os tempos antigos e os modernos, terá sido, como T. F. Earle mostrou⁸, o primeiro poeta português a adoptar o modelo petrarquiano do *Canzoniere* e a compor uma se-

⁷ Desenvolvemos a ideia no estudo “Camões – entre os antigos e os modernos” (2004).

⁸ Earle apontou pela primeira vez o significado da sequência em António Ferreira no estudo “A Portuguese sonnet’s sequence of the sixteenth century” (1986), que veio depois a aprofundar em outras publicações; na sua senda, Rita Marnoto estuda o “cancioneiro” dos *Poemas Lusitanos* em *O Petrarquismo português do Renascimento e do Maneirismo* (1997).

quência de sonetos que louvam a mulher amada, numa declarada adoção de um espírito moderno; mas no epigrama de Caminha, não se encontra sequer uma alusão à modernidade da sua poesia, encontra-se, sim, a ideia de que a sua glória lhe advém de ter conseguido reviver o “antigo espírito”.

Da Antiguidade, transmite-se uma imagem de contornos idealizados, em que se apagam os traços secundários para conservar apenas os que se consideram mais significativos (Aguiar e Silva lembrava a propósito as imagens d'Épinal) enaltecendo-se entre eles os valores cívicos e humanos, que se pretendem fazer renascer.

Este apego, por vezes, cristaliza também a recusa da mudança e do presente, quase cego prolonga mas também atraiçoa a revolução iniciada por Sá de Miranda. Sem dúvida, a obra de Sá de Miranda, poeta da geração anterior a Camões, que muitos contemporâneos de Camões declaram mestre e guia, enaltece a cultura dos antigos e encontra na civilização greco-latina um modelo. Todavia, na obra do poeta do Neiva, o lugar ocupado pelos clássicos da Antiguidade vê-se contrabalançado com o peso fortíssimo assumido pelos modernos, num balanço que consegue conciliar numa visão eclética, mas unificada. Com efeito, mesmo se aprecia os poetas da “antiga Espanha” e paralelamente estuda os Antigos com afinco, Sá de Miranda não desmerecia a importância dos seus contemporâneos.

A revolução na poesia portuguesa renascentista começara com Sá de Miranda, o poeta do Neiva que, por volta de 1526, introduziu entre nós as formas da poesia renascentista e, com elas, a possibilidade de expressar literariamente os ideais humanamente representativos da sua própria época⁹. Em muitos passos da sua obra, Sá de Miranda

⁹ Não esquecemos a figura de D. Manuel de Portugal; mas a verdade é que entre os poetas da época, a fama espalha a prioridade de Sá de Miranda.

mostra conhecer e admirar aqueles que eram então os autores mais conceituados da Europa, antigos e modernos; num trecho muito citado da carta que endereça a D. António Pereira, o vizinho que partiu para Lisboa atraído pelo cheiro da canela recorda as leituras a que se entregavam nos convívios dos seus solares nortenhos, numa tentativa de o demover, ou, pelo menos, de o fazer reflectir. Entre os italianos, alude a Boiardo e Ariosto, a Bembo, e Sannazaro; depois, nomeia Garcilaso e Boscán, dois poetas um pouco mais novos do que o próprio Sá de Miranda, que ensaiavam uma tentativa paralela, na vizinha Espanha, procurando que o decassílabo italiano vingasse na sua língua. São escritores que, ora explicitamente, ora através de alusões ou da própria imitação, reencontram-se em toda a obra camoniana.

Certamente, Camões também comungou da admiração pela Antiguidade, partilhou os ideais recuperados pelos renascentistas, e eram-lhe familiares tanto a cultura como a literatura greco-latina. A sua reverência, no entanto, não o imobiliza. Ou seja, Camões forma do “clássico”, do autor modelar, uma concepção que não o limita no tempo.

Num parêntesis, lembremos que a palavra “clássico” pode assumir várias acepções, desde a designação que situa o autor no período histórico-literário da Antiguidade clássica à classificação de qualquer autor que se considera digno de se tornar modelo (isto é, de ser estudado em classe). Dir-se-ia que os antigos são, de uma forma natural, os grandes mestres, mas, tal como Ptolomeu não deixou de ser o geógrafo por excelência para os portugueses e para D. João de Castro, apesar de, como se referiu já, nele se considerar o mundo mais pequeno do que o conhecido no século XVI e, portanto, se procurarem outros guias, também Camões não hesita em adoptar como modelos da sua imitação autores que souberam interpretar os antigos e se tornaram, também eles, clássicos no sentido mais lato do termo.

Resumindo através de um quadro bem sugestivo traçado por Aníbal Pinto de Castro,

os jovens (e Camões como eles) compulsavam desde tenra idade e com mão diurna e nocturna, os autores gregos e latinos. Por isso lhe eram familiares os poemas homéricos, a *Teogonia* de Hesíodo, a *Geografia* de Estrabão, e os diálogos platónicos (*original ou traduções que corriam a Europa em versões latinas*). De Virgílio, assimilara igualmente bem o modelo épico da *Eneida*, o pastoralismo das *Bucólicas* e o ruralismo das *Geórgicas* os temas e as formas dos *Carmina* de Horácio: em Ovídio bebera a ciência mitológica das *Metamorfoses*, a melancolia elegíaca dos *Tristia* e dos *Pontica*, bem como o sopro pagão da *Ars Amatoria*. E não lhe eram estranhas as grandes obras da erudição antiga, como a *História Natural* de Plínio ou as *Vidas* de Plutarco (Castro, 2007, p. 17).

Camões parece recuperar a consciência que teve Sá de Miranda de ser agente da mudança literária: como ele, partilha a ideia de que as novas idades não se subordinam aos tempos antigos, que a simples reinstauração de ideais já vividos (ou idealizados como efetivamente vividos) não faz sentido. Um e outro têm consciência de viverem tempos novos, e de, por conseguinte, ser necessária uma literatura moderna, que rompa a tradição já assimilada.

Aliás, o próprio princípio de imitação, preconizado tanto pela literatura como pela educação em termos gerais, aponta essa direcção. É, nesse aspecto, elucidativa a advertência do Padre António Vieira num sermão em que celebra Santo Inácio, já em 1669: “os que vêm depois, comparados com os que vieram antes, não se medem tanto por tanto, se não tanto por mais. Se fizestes mais sois igual; se fizestes tanto, sois menos” (Vieira, 2008, p. 241).

Assim, esclarecia uma afirmação anterior: “e quem vem depois se não excede, não iguala; se não é mais que semelhante, não é semelhante” (Vieira, 2008, p. 240).

Por isso, na obra de Camões, que compreende bem esta norma, os clássicos da Antiguidade são autores respeitados, modelos a superar, e, sobretudo, motores de inquietação e de questionamento.

E porque o mundo dos clássicos se torna então um desafio permanente, longe de se fechar na Antiguidade e na análise que ele propunha, Camões apresenta-nos uma poesia viva, sentida, em que o mundo palpita na sua diversidade. O sentimento épico e o elegíaco, o sentido dramático e o desespero trágico não excluem o amor delicado ou o bucolismo lírico com que muitas vezes se cruzam e até se fundem.

Se admira os Antigos – e a sua obra prova-o bem –, também percebe que o renascimento da cultura greco-romana exige a sua superação e o colocar permanente de novas inquietações. Com isso, nasce uma poesia plena de significado, uma poesia em que o poeta está inteiro a cada momento. Seja quando se alegra ou se entristece, seja quando manifesta as suas incertezas, cada poema afirma a sua dignidade e afirma-se a cada passo, mesmo nas contradições que o poeta sente e que sabe, e aceita, fazerem parte de si próprio e da condição humana (é, aliás, uma lição que deriva do cristianismo).

Com Camões, a poesia não vai perder a função de comunicação sublimada e de jogo social, cortesão, que detinha já para os poetas do *Cancioneiro Geral*; mas Camões aprendeu que a poesia “vai a tudo”, total e apaixonadamente, sem se alhear do mundo. Por conseguinte, é capaz de compor um poema simples de galanteio em que brilha o trocadilho, de fazer sorrir o seu leitor perante um episódio ou de o fazer admirar a graciosidade feminina, tanto em verso curto como na medida nova; mas passará também a revelar o novo mundo cultural, artisticamente imaginado e aperfeiçoado e, sobretudo, a poesia constituirá a forma eleita de descobrir o próprio homem, de analisar a sua essência e a individualidade, ou seja, de *ver* a vida.

Camões toma a poesia como força ordenadora da sua experiência pessoal, em que avultam contradições, e com ela consegue ver-se e ver o mundo. Mesmo se, como os rudes marinheiros, não consegue compreender e sistematizar a realidade que se lhe apresenta, a poesia permite-lhe a análise. E nessa altura apercebe-se de que não pode recorrer a uma sistematização racional da realidade. Desde logo, porque os desígnios divinos, em que confia, são insondáveis; as leis do mundo e da natureza são falíveis, e é ilusória a harmonia que encontra projectada em tratados filosóficos ou de natureza filosófico-literária como os de Bembo ou Castiglione, que tanta influência têm na sua poesia, mostrando-lhe uma vida ideal que não vê corresponder à sua.

Na sua análise, o mal presente é sobretudo compreendido como privação. No entanto, sem lhe ser possível estabelecer uma relação de causalidade que permitisse identificar a origem do mal, por apontar um responsável ou uma causa direta da degradação e do infortúnio pessoal, o poeta sente a sua mágoa agravar-se pela consequente certeza de não poder alterar a situação. É um desconcerto que, nos seus contornos, se torna trágico: “A pena que com causa se padece, / A causa tira o sentimento dela, / mas muito dói a que se não merece.” (Elegia III).

De facto, na lírica camoniana, a culpa não corresponde ao castigo. A pena excede, em muito, o possível erro. Ao proceder à análise da sua vida, o poeta não deixa de admitir que teria cometido *erros*:

Erros meus, má fortuna, amor ardente
Em minha perdição se conjuraram
Os erros e a fortuna sobejaram,
Que para mim bastava amor somente.
(Camões, 1994, p. 170).

Poderíamos supor por momentos que se seguiria a confissão de culpa, mas o que se encontrará será antes culpabilização: o poeta apenas tinha esperanças mal fundadas, o erro foi um castigo imerecidamente infligido pela Fortuna. Aliás, ao notar o desconcerto do mundo, aponta com nitidez que em circunstâncias em que outros receberam galardão e uma recompensa, ele é punido:

Os bons vi sempre passar
 No mundo grave tormentos;
 E para mais me espantar,
 Os maus vi sempre nadar
 Em mar de contentamentos.
 (Camões. 1997, p. 117).

Nestas redondilhas, o tom é aligeirado pelo inesperado da situação (o poeta, pensando que haverá alguma constância no desconcerto, resolve ser “mau”; porém, vem a descobrir que “só para (ele) anda o mundo concertado” ao receber castigo...). Noutros poemas, porém, a reflexão sobre a falta de justiça humana, sobre a organização social e política que permite a arbitrária repartição do bem e do mal, ganha foros que ultrapassam a denúncia, vindo a suscitar a meditação sobre a própria condição humana e a natureza da sociedade. Mas, num caso como noutro, o poeta vê esvaír-se a esperança: “Que segredo tão árduo e profundo: / Nascer para viver, e para a vida / Faltar-me quanto o mundo tem para ela!” (Camões, 1994, p. 246).

A tristeza e a amargura, quando elegiacamente aceitas, poderão ser repousantes: tornam-se uma segunda natureza, um hábito. Não assim a tensão alimentada pela Esperança. Por isso, num momento de particular amargura, o grito de revolta surge: “Se algum dia / desesperar pudesse, viveria!” (Camões, 1994, p. 231).

Incapaz de culpar a Senhora pela infelicidade em que vive, o poeta rapidamente transfere para elementos sobre-humanos a sua causa:

é o destino, a Estrela que o persegue e, sobretudo, é o amor. Todos o fazem entrever a felicidade, a glória, mas todos se conjuram para dela o privarem. O poeta sabe-o, e sabe-se condenado ao sofrimento; mesmo quando pensa ter merecimento, de antemão tem a certeza, racionalmente aceite, do desengano. Só lhe sobra um caminho: o voluntário engano, a ilusão. O exterior dilui-se na recordação (“vivo em lembranças”). O Tempo será o último elemento exterior a apagar-se; mas também ele se confundirá com o sujeito:

Que me quereis, perpétuas saüdades?
Com que esperança ainda m’enganais?
Que o tempo que se vai não torna mais,
E se torna, não tornam as idades.
(Camões, 1994, p. 186).

No fundo, vai gerar-se à volta do sujeito um mundo em que a referencialidade se apaga; tudo se subsume no sujeito e na sua fantasia. Com isso, apaga-se também qualquer fonte de segurança exterior e independente do poeta.

A sensibilidade pessoal e a reflexão sobre a sua própria experiência e desilusões não anulam o valor que Camões atribui à herança cultural transmitida por gerações que proclamaram a confiança renascentista no homem e na sua capacidade de realização. O que torna agónico o dissídio camoniano não é desistência ou a descrença – é antes o conflito que se gera entre imagens interiorizadas e antagónicas, mas igualmente válidas.

A poesia camoniana assume a contradição, essencial à nossa própria natureza psicológica, sem escamotear não só a oscilação entre extremos – entre o ousar e o temer, entre o acreditar e o descrer, entre o ódio e o amor, a paixão e a indiferença – como também a sua simultaneidade. Se considerado neste sentido, Camões torna-se ainda mais humano do que, por exemplo, um poeta nosso contemporâneo

como Fernando Pessoa, isso é, apresenta a complexidade e as contradições psicológicas que nos caracterizam, sem recorrer à construção de personagens em tudo coerentes como são os heterónimos. E, tal como os rudes marinheiros e o comandante experiente, o poeta não compreende nem sabe explicar os casos desencontrados da vida – mas não os nega, antes vê neles, *claramente vista*, a vida.

RECEBIDO: 12/02/2025

APROVADO: 01/03/2025

REFERÊNCIAS

CAMINHA, Pedro de Andrade. *Poesia*. vol. II de Vanda Anastácio, Visões de Glória (uma introdução à poesia de Pedro de Andrade Caminha). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1998.

CAMÕES, Luís de. *Os Lusíadas*. Edição organizada por Emanuel Paulo Ramos. Porto: Porto Editora, 1975.

CAMÕES, Luís de. *Rimas*. Texto estabelecido, revisto e prefaciado por Álvaro Júlio da Costa Pimpão. Coimbra: Almedina, 1994.

CASTANHEDA, Fernão Lopes de. *História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses*. Introdução e revisão de M. Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão – Editores, 1979. (2 v.).

CASTRO, Aníbal Pinto de. “Camões, poeta pelo mundo em pedaços repartido”. In: CASTRO, Aníbal Pinto de. *Páginas de um honesto estudo camoniano*. Coimbra: Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos, 2007. p. 12-29.

EARLE, Thomas. A portuguese sonnets sequence of the sixteenth century. *Bulletin of Hispanic Studies*, n. 63, p. 225-34, 1986.

FRAGA, Maria do Céu. “Camões. Entre os antigos e os modernos”. In: SOUSA, Carlos Mendes de; PATRÍCIO, Rita (org). *Largo mundo alumiado: estudos em homenagem a Vítor Aguiar e Silva*. Braga: Centro de Estudos Humanísticos, 2004. v. 2, p. 785-795.

MARNOTO, Rita. *O Petrarquismo Português do Renascimento e do Maneirismo*. Coimbra: Acta Universitatis Conimbrigensis, 1997.

MOURA, Vasco Graça. “Vi claramente visto ou Camões e D. João de Castro”. In: MOURA, Vasco Graça. *Os Penhascos e a Serpente e outros ensaios camonianos*. Lisboa: Quetzal, 1987. p. 135-62.

ORTA, Garcia da. *Colóquios dos Simples e Drogas da Índia*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2011. v. 1 [1ª publicação, 1563].

PIMENTEL, Cristina. “A verdade que eu conto, nua e pura”: a presença dos clássicos graco-latinos em Camões. In: FRAGA, Maria do Céu *et al.* (coord.). *Os Lusíadas na escola e na sociedade. 450 anos*. Ponta Delgada: Letras Lavadas – Centro de Estudos Humanísticos da Universidade dos Açores, 2024. p. 35-49.

VIEIRA, Padre António. *Sermões*. Edição crítica. Dir. científica de Arnaldo Espírito Santo. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2008. vol. I.

MINICURRÍCULO

MARIA DO CÉU FRAGA é Professora associada da Universidade dos Açores. Integra o Centro de Literatura Portuguesa (Universidade de Coimbra) e o Centro de Estudos Humanísticos (Universidade dos Açores), de que é actualmente directora. A sua investigação e publicações centram-se nos estudos camonianos, área do seu doutoramento, e na literatura portuguesa dos séculos XVI e XVII (v.g., poesia lírica, literatura de viagens, Diogo Bernardes, bucolismo), mas alargam-se à literatura açoriana e a temas do ensino da literatura. Das suas publicações, destacam-se: *Camões: um bucolismo intranquilo* (1989), *Os géneros maiores na poesia lírica de Camões* (2003) e *Babel e Sião: um manuscrito da Camoniana de D. Manuel II* (2021).